

CORRELAÇÃO ENTRE O USO DE PSICOFARMACOS COM O COMPORTAMENTO, MOTIVAÇÃO E O ABANDONO ESCOLAR DE ESTUDANTES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

CORRELATION BETWEEN THE USE OF PSYCHODRUG AND THE BEHAVIOR,
MOTIVATION AND SCHOOL DROPOUT OF STUDENTS DEPRIVED OF LIBERTY

CORRELACIÓN ENTRE EL USO DE PSICODROGAS Y EL COMPORTAMIENTO,
MOTIVACIÓN Y ABANDONO ESCOLAR DE ESTUDIANTES PRIVADOS DE
LIBERTAD

Clésia Carneiro da Silva Freire Queiroz¹

RESUMO: O contexto carcerário apresenta desafios complexos, e compreender como os psicofármacos influenciam o comportamento dos estudantes, sua motivação para a educação e o risco de abandono escolar é de extrema importância para sua reintegração na sociedade. Este artigo tem por objetivo discutir a correlação entre o uso de psicofármacos no comportamento, na motivação e no abandono escolar de estudantes em privação de liberdade. São apresentados ainda meios de intervenções e estratégias de promoção da educação e saúde mental e as questões éticas e sociais da administração desses medicamentos em ambientes educacionais em prisões. Para tanto, a metodologia adotada foi o ensaio teórico que consistiu em uma análise e síntese crítica de estudos sobre a saúde mental, a educação e o uso de psicofármacos em ambientes prisionais. Por fim, conclui-se que é necessária uma colaboração multidisciplinar entre profissionais de saúde mental, educadores, e todos os funcionários do sistema prisional para promover a saúde mental educacional de estudantes em privação de liberdade.

1040

Palavras-chave: Psicofármacos. Comportamento. Motivação. Abandono Escolar. Estudantes Privadas de Liberdade.

¹Professora da Escola Estadual Irmã Dulce da Penitenciária Feminina, de Abreu e Lima, Pernambuco (PFAL). Psicóloga e Licenciada em, Química. Pós-graduada em mídias da educação (UFRPE) e Programa Saúde da Família (UNINASSAU).

ABSTRACT: The prison context presents complex challenges, and understanding how psychotropic drugs influence students' behavior, their motivation for education and the risk of dropping out of school is extremely important for their reintegration into society. This article aims to discuss the correlation between the use of psychotropic drugs in the behavior, motivation and school dropout of students in deprivation of liberty. Intervention means and strategies to promote education and mental health are also presented, as well as the ethical and social issues of administering these drugs in educational environments in prisons. Therefore, the methodology adopted was the theoretical essay, which consisted of an analysis and critical synthesis of studies on mental health, education and the use of psychotropic drugs in prison environments. Finally, it is concluded that a multidisciplinary collaboration between mental health professionals, educators, and all staff of the prison system is necessary to promote the educational mental health of students in deprivation of liberty.

Keywords: Psychopharmaceuticals. Behavior. Motivation. School Dropout. Students Deprived of Liberty.

RESUMEN: El contexto penitenciario presenta desafíos complejos, y comprender cómo las drogas psicotrópicas influyen en el comportamiento de los estudiantes, su motivación para la educación y el riesgo de abandono escolar es extremadamente importante para su reintegración a la sociedad. Este artículo tiene como objetivo discutir la correlación entre el uso de psicofármacos en el comportamiento, la motivación y la deserción escolar de estudiantes en privación de libertad. También se presentan medios y estrategias de intervención para promover la educación y la salud mental, así como las cuestiones éticas y sociales de la administración de estos medicamentos en ambientes educativos en prisiones. Por tanto, la metodología adoptada fue el ensayo teórico, que consistió en un análisis y síntesis crítica de estudios sobre salud mental, educación y uso de psicofármacos en el ambiente penitenciario. Finalmente, se concluye que es necesaria una colaboración multidisciplinaria entre profesionales de la salud mental, educadores y todo el personal del sistema penitenciario para promover la salud mental educativa de los estudiantes en privación de libertad.

Palabras clave: Psicofármacos. Comportamiento. Motivación. Deserción Escolar. Estudiantes Privados de Libertad.

INTRODUÇÃO

A inserção de estudantes em privação de liberdade em ambientes educacionais apresenta um cenário desafiador, onde fatores como o comportamento, a motivação e o

risco de abandono escolar são questões cruciais. Este contexto se torna ainda mais complexo quando consideramos o uso de psicofármacos como uma intervenção terapêutica para lidar com os desafios de saúde mental.

A educação dentro de instituições prisionais é fundamental para a reabilitação e reintegração de estudantes em privação de liberdade. No entanto, muitos obstáculos podem surgir no caminho desse processo. É importante analisar de forma aprofundada como o uso de psicofármacos pode influenciar o comportamento desses estudantes no ambiente escolar, seja melhorando ou prejudicando seu envolvimento nas atividades educacionais. Além disso, a motivação para a aprendizagem é um fator determinante para o sucesso educacional, e entender como os psicofármacos podem impactar esse aspecto é essencial para a concepção de estratégias eficazes.

A justificativa para este estudo reside na necessidade de compreender as complexas interações entre o uso de psicofármacos e os aspectos educacionais em um ambiente de privação de liberdade. Compreender essas relações pode fornecer insights importantes para o desenvolvimento de políticas e intervenções que promovam a educação eficaz, a saúde mental e a reintegração social desses estudantes.

Nesse sentido, este artigo visa discutir a correlação entre o uso de psicofármacos, o comportamento dos estudantes, sua motivação para a educação e o abandono escolar, compreendendo as nuances dessas relações e suas implicações para a reintegração desses indivíduos na sociedade. A metodologia adotada foi a do ensaio teórico, e consistiu em uma síntese e uma análise crítica da literatura sobre a temática em questão.

Por fim, este estudo visa preencher uma lacuna importante na compreensão das implicações do uso de psicofármacos no comportamento, motivação e abandono escolar de estudantes em privação de liberdade. A complexidade dessas relações exige uma análise abrangente para informar futuras orientações e políticas que promovam a educação eficaz e a reintegração bem-sucedida desses estudantes na sociedade.

Saúde mental e uso de psicofármacos em ambientes prisionais

A interação entre saúde mental e sistema prisional é um tópico de crescente relevância, uma vez que a saúde mental desempenha um papel fundamental no bem-estar

dos indivíduos, inclusive daqueles que são privados de liberdade. No entanto, a população carcerária muitas vezes enfrenta uma carga substancial de transtornos mentais, que podem ser exacerbados pelo ambiente prisional. Para lidar com essas complexidades, os psicofármacos têm sido amplamente utilizados como intervenção terapêutica. Este texto busca explorar a interligação entre saúde mental, uso de psicofármacos e seu impacto em ambientes correcionais, examinando a prevalência de transtornos mentais, os objetivos da farmacoterapia e os efeitos desses medicamentos no equilíbrio emocional dos indivíduos.

A saúde mental da população carcerária é uma preocupação global, visto que os detentos frequentemente apresentam taxas mais altas de transtornos mentais em comparação com a população em geral. A prevalência de condições como transtornos de ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático é notavelmente elevada em ambientes correcionais (Fazel e Seena, 2012). Esses transtornos podem ser influenciados por diversos fatores, incluindo histórico de trauma, isolamento social e estigmatização.

Para enfrentar os desafios de saúde mental enfrentados pela população carcerária, os psicofármacos são frequentemente prescritos como uma forma de tratamento. A farmacoterapia visa aliviar sintomas psicológicos e melhorar o funcionamento emocional dos indivíduos. Os psicofármacos englobam categorias como antidepressivos, ansiolíticos e estabilizadores de humor, cada um projetado para tratar sintomas específicos associados a diferentes transtornos mentais (Sadock, Sadock e Ruiz, 2015). No entanto, o uso de psicofármacos levanta questões éticas e práticas, especialmente no contexto do sistema prisional.

Embora os psicofármacos possam oferecer alívio para sintomas mentais debilitantes, também há preocupações sobre possíveis efeitos adversos e desequilíbrio emocional. Os medicamentos podem causar efeitos colaterais, como perigos, inovações e alterações de humor, que podem impactar a qualidade de vida e a interação social dos indivíduos (Koen et al., 2013). Além disso, a dependência física e psicológica é uma consideração importante ao usar psicofármacos a longo prazo.

Portanto, a relação entre saúde mental e uso de psicofármacos em ambientes prisionais é uma área complexa e em constante evolução. Embora a farmacoterapia possa

fornecer resultados significativos para os sintomas mentais, é fundamental considerar cuidadosamente os benefícios e riscos associados ao uso de psicofármacos. A integração de terapia farmacológica com outras abordagens terapêuticas e o acompanhamento contínuo dos efeitos são essenciais para garantir a saúde mental e emocional dos indivíduos em ambientes correccionais.

Educação em instituições de privação de liberdade

A educação desempenha um papel fundamental na reintegração social e na transformação positiva dos indivíduos em ambientes de privação de liberdade. Ao proporcionar oportunidades de aprendizado e desenvolvimento pessoal, a educação busca não apenas capacitar os detentores com habilidades práticas, mas também restaurar sua dignidade e autoestima. No entanto, o ambiente escolar em instituições correccionais enfrenta obstáculos únicos que podem influenciar a eficácia da educação e a motivação dos indivíduos para a participação ativa.

Nesse contexto, a educação é um meio poderoso de capacitar os detentos e prepará-los para uma reintegração bem-sucedida na sociedade após o cumprimento de suas penas. Estudos indicam que a participação em programas educacionais em ambientes prisionais está associada a taxas mais baixas de reincidência criminal (Davis, Bozick & Steele, 2013). A aquisição de conhecimentos e habilidades não apenas amplia as perspectivas de emprego, mas também estimula o desenvolvimento pessoal, a autoconfiança e a autoestima dos detentores.

Embora a educação seja um pilar essencial da reabilitação, as instituições prisionais frequentemente enfrentam desafios significativos na entrega de programas educacionais. Fatores como superlotação, falta de recursos, infraestrutura integrada e, em alguns casos, a falta de qualificação pessoal podem prejudicar a qualidade da educação oferecida aos detentos (Cotton et al., 2018). Além disso, a dinâmica do ambiente prisional pode criar um clima de desconfiança e hostilidade, afetando a disposição dos detentos para participantes das atividades educacionais.

Portanto, os desafios enfrentados pelo sistema educacional prisional podem limitar a sua eficácia da reintegração e reabilitação de detentos. A motivação, como fator

crítico, pode moldar o envolvimento dos detentos na aprendizagem. Ao abordar obstáculos, como falta de recursos e ambiente hostil, e ao promover estratégias que incentivem a motivação intrínseca, é possível melhorar a educação em instituições correcionais, impactando positivamente a vida dos detentos e sua reintegração na sociedade.

Psicofármacos, Comportamento e Engajamento Escolar

A relação entre o uso de psicofármacos, comportamento e engajamento escolar é um campo de estudo complexo, para entender como os medicamentos psicotrópicos podem influenciar o desempenho dos estudantes em ambientes educacionais. Psicofármacos são medicamentos direcionados para afetar processos neuroquímicos no cérebro, direcionando a regulação de estados mentais e emocionais. Embora esses medicamentos tenham sido desenvolvidos para tratar transtornos mentais, seu uso pode ter implicações no comportamento dos indivíduos, especialmente quando se trata de sua participação ativa nas atividades escolares.

No comportamento. Alguns medicamentos podem causar lesões, toxicidade, irritabilidade, impulsividade e até mesmo agressividade em certos indivíduos (Vitiello, 2001). É importante notar que esses efeitos variam de pessoa para pessoa, dependendo da sensibilidade individual e da dose do medicamento. Essas mudanças no comportamento podem afetar a interação social, a concentração e o desempenho acadêmico dos estudantes.

O uso de psicofármacos pode influenciar o envolvimento ativo dos estudantes nas atividades escolares. Alguns medicamentos causam fadiga, falta de esforço ou dificuldades de concentração, o que pode levar a um menor interesse nas aulas e nas atividades escolares (Safer, 2002). Além disso, os efeitos colaterais dos psicofármacos podem prejudicar a disposição dos alunos para interagir com colegas e participar de atividades extracurriculares, afetando assim seu desenvolvimento social e emocional.

O equilíbrio emocional desempenha um papel fundamental no comportamento dos estudantes em ambientes educacionais. Psicofármacos são frequentemente prescritos para melhorar o equilíbrio emocional e tratar transtornos mentais, mas é importante

garantir que o tratamento não resulte em um novo conjunto de problemas comportamentais. A relação entre equilíbrio emocional e comportamento é bastante complexa, exigindo uma abordagem individualizada no uso de psicofármacos em estudantes (Birmaher et al., 2007).

Assim, a interação entre psicofármacos, comportamento e engajamento escolar é um tópico que requer uma análise abrangente. Embora os psicofármacos possam ser ferramentas benéficas no tratamento de transtornos mentais, é importante monitorar cuidadosamente seus efeitos colaterais no comportamento dos estudantes. A colaboração entre profissionais de saúde, educadores e familiares é essencial para garantir que o uso desses medicamentos não prejudique o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos alunos.

Motivação e Uso de Psicofármacos

A relação entre motivação e uso de psicofármacos é um tema complexo que envolve aspectos psicológicos, emocionais e neurológicos. A aplicação desempenha um papel fundamental na disposição das pessoas para aprender, realizar tarefas e alcançar metas. Por outro lado, os psicofármacos são medicamentos específicos para afetar processos neuroquímicos no cérebro, visando a regulação de estados mentais e emocionais.

1046

Os psicofármacos podem afetar a disposição das pessoas para aprender de várias maneiras. Alguns medicamentos podem causar sonolência, fadiga ou falta de concentração, o que pode diminuir o interesse e a motivação para se envolver em atividades de aprendizagem (Roh et al., 2019). Além disso, os efeitos colaterais dos psicofármacos podem interferir na capacidade de retenção de informações, afetando o desempenho acadêmico.

A motivação é influenciada por uma complexa interação de fatores psicológicos e emocionais. Fatores como autoestima, autoeficácia, metas pessoais e emoções positivas desempenham um papel fundamental na determinação da motivação intrínseca das pessoas para se envolverem em atividades (Deci e Ryan, 2008). A depressão, por exemplo,

pode levar à perda de interesse e motivação em atividades anteriores prazerosas, ou que pode ser exacerbada pelos efeitos colaterais de certos psicofármacos.

A motivação intrínseca é aquela que surge do interesse e prazer inerente à atividade em si, e não de recompensas externas. Alguns psicofármacos podem afetar a liberação de neurotransmissores relacionados ao prazer e recompensa, o que pode impactar a motivação intrínseca das pessoas (Fong et al., 2014). Isso pode resultar em uma diminuição do prazer sentido durante as atividades de aprendizagem, levando a um ciclo de menor engajamento e menor motivação.

Portanto, a relação entre motivação e uso de psicofármacos é repleta de fatores complexos e requer uma compreensão profunda dos aspectos psicológicos, emocionais e neurológicos envolvidos. Embora os psicofármacos possam ser ferramentas benéficas no tratamento de transtornos mentais, é essencial considerar os possíveis efeitos colaterais no interesse e motivação das pessoas. A colaboração entre profissionais de saúde mental, educadores e indivíduos no tratamento é crucial para maximizar os benefícios dos psicofármacos, ao mesmo tempo em que minimiza os impactos negativos na motivação e no engajamento em atividades do dia a dia do usuário.

Abandono Escolar em Contextos de Privação de Liberdade

O abandono escolar em contextos de privação de liberdade é uma preocupação relevante que requer uma análise aprofundada dos fatores envolvidos, incluindo a influência da saúde mental e o possível papel dos psicofármacos nesse cenário. Este texto explora a complexa interação entre esses elementos, destacando a importância de abordagens integradas para promover a integração educacional entre os indivíduos privados de liberdade.

O abandono escolar em ambientes prisionais é influenciado por uma série de fatores. A falta de acesso a recursos educacionais de qualidade, a falta de motivação, a baixa autoestima, a desesperança em relação ao futuro e a falta de apoio familiar são alguns dos fatores que podem contribuir para o abandono escolar entre os detentos (Arocho e Estrada, 2017). Além disso, o ambiente prisional em si pode ser desafiador para

a continuidade educacional devido a restrições de horários, falta de infraestrutura adequada e falta de incentivo.

A saúde mental desempenha um papel fundamental na continuidade educacional em ambientes prisionais. Detentos frequentemente enfrentam problemas de saúde mental, como depressão, ansiedade e transtornos de estresse pós-traumático, que podem variar em sua estimulação e capacidade de concentração (Lambert et al., 2016). A falta de tratamento adequado para esses transtornos pode prejudicar ainda mais a participação educacional e levar ao abandono escolar.

Os psicofármacos têm o potencial de desempenhar um papel tanto positivo quanto negativo no abandono escolar. Enquanto alguns medicamentos podem melhorar os sintomas de saúde mental e, conseqüentemente, a motivação e a capacidade de concentração, outros podem ter efeitos colaterais que prejudicam o engajamento educacional (Schubart et al., 2006). É essencial uma avaliação cuidadosa dos efeitos dos psicofármacos individualmente e como parte de um plano abrangente de tratamento.

Por fim, O abandono escolar em contextos de privação de liberdade é uma questão multifacetada que requer uma abordagem holística. A interação entre fatores como a saúde mental, o acesso à educação e o uso de psicofármacos é complexo e exige uma avaliação cuidadosa de como esses elementos se relacionam. Abordagens integradas que consideram não apenas a educação, mas também a saúde mental e o tratamento medicamentoso, podem ser fundamentais para reduzir o abandono escolar entre os detentos e promover oportunidades de reabilitação e reintegração.

Intervenções e Estratégias de Promoção da Educação e Saúde Mental

A educação desempenha um papel fundamental na redução do abandono escolar e na promoção da reintegração e reabilitação de detentos. No entanto, o ambiente prisional apresenta desafios únicos que requerem abordagens educacionais adaptadas. Programas de ensino flexíveis, que ajustam os horários, necessidades individuais e restrições do ambiente, têm o potencial de aumentar a participação dos detentos na educação (Davis e Spaulding, 2018). Além disso, a disponibilidade de educação vocacional

e profissional pode equipar os detentores de habilidades valiosas para a reinserção na sociedade.

Embora os psicofármacos possam ser parte importante no tratamento de problemas de saúde mental, é essencial considerar abordagens complementares que promovam o bem-estar emocional e psicológico dos detentos. Terapias como a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) e a terapia de grupo podem auxiliar na resolução de conflitos internos e no desenvolvimento de habilidades de enfrentamento (Crestohl et al., 2018). Uma introdução de práticas de meditação também pode ser benéfica para o gerenciamento do estresse e da ansiedade.

A integração da educação e saúde mental em ambientes carcerários requer políticas e programas abrangentes. A colaboração entre profissionais de saúde mental, educadores e administradores prisionais é crucial para identificar as necessidades individuais dos detentos e desenvolvimento de intervenções práticas (Edwards et al., 2020). A criação de equipes multidisciplinares que abordam tanto as necessidades educacionais quanto as de saúde mental pode garantir uma abordagem holística para a reabilitação.

Para tanto, as intervenções e estratégias para promover a educação e saúde mental em contextos carcerários devem ser adaptadas às particularidades desse ambiente. Abordagens educacionais flexíveis, terapias complementares e políticas integradas são componentes-chave para a melhoria do bem-estar emocional, cognitivo e social dos detentos. A promoção da educação e saúde mental não apenas contribui para a reabilitação individual, mas também para a redução da reincidência e a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Aspectos Éticos e Sociais

A Administração de psicofármacos em ambientes educacionais coloca questões éticas relacionadas ao consentimento informado, à beneficência e à autonomia. É essencial garantir que os estudantes tenham uma compreensão clara dos efeitos e riscos dos medicamentos antes de concordarem com o tratamento (Rigg, 2018). A falta de

informações adequadas pode comprometer a capacidade dos estudantes de tomar decisões informadas sobre sua saúde mental.

O uso de psicofármacos no ambiente escolar também tem implicações sociais que vão além do indivíduo. A estigmatização em torno do uso de medicamentos psiquiátricos pode afetar a autoestima e a interação social dos estudantes (Kendler et al., 2020). Além disso, a administração indiscriminada de psicofármacos pode criar a percepção de que o sistema escolar é mais focado em controlar o comportamento do que em oferecer um ambiente de apoio e aprendizado.

Encontrar um equilíbrio entre o tratamento dos problemas de saúde mental e a autonomia dos estudantes é um desafio crucial. É fundamental considerar a voz e a escolha dos estudantes no processo de decisão sobre o uso de psicofármacos (Juth et al., 2021). Abordagens que envolvem os estudantes na definição de metas terapêuticas e no desenvolvimento de planos de tratamento podem promover um maior senso de responsabilidade e autodeterminação.

Em suma, os aspectos éticos e sociais do uso de psicofármacos em ambientes educacionais para estudantes em privação de liberdade são complexos e multifacetados. A administração desses medicamentos requer considerações cuidadosas sobre consentimento informado, estigma social e autonomia dos estudantes. É imperativo que as políticas e práticas sejam elaboradas com base em princípios éticos sólidos e uma compreensão holística do bem-estar dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste artigo abrangente de maneira aprofundada a clareza entre o uso de psicofármacos, o comportamento, a motivação e o abandono escolar de estudantes privados de liberdade. Ao longo deste trabalho, examinamos a complexidade das interações entre esses fatores e como eles impactam a experiência educacional de indivíduos que estão em ambientes de privação de liberdade. Agora, ao chegarmos ao encerramento deste estudo, é importante reiterar as principais conclusões e reflexões obtidas a partir das análises realizadas.

O uso de psicofármacos em ambientes educacionais carcerários se apresenta como uma intervenção terapêutica importante para muitos estudantes que enfrentam desafios de saúde mental. No entanto, fica evidente que essa prática deve ser realizada com extrema cautela e ética, considerando os aspectos individuais de cada estudante, bem como o impacto social e educacional que ela pode ter. A busca por um equilíbrio entre o tratamento adequado e o respeito à autonomia do estudante é uma preocupação constante.

A análise das implicações do uso de psicofármacos no comportamento dos estudantes mostrou que esses medicamentos podem desempenhar um papel significativo na regulação dos estados mentais e emocionais, contribuindo para uma maior estabilidade emocional e comportamental. No entanto, é importante destacar que os efeitos colaterais desses medicamentos podem influenciar o comportamento de maneira negativa, impactando a interação social e a participação ativa nas atividades escolares. Nesse sentido, intervenções terapêuticas complementares, como terapias cognitivo-comportamentais e programas de habilidades sociais, podem desempenhar um papel importante em diminuir esses efeitos adversos.

Com relação ao uso de psicofármacos, a motivação e o engajamento escolar ficou evidente que o equilíbrio emocional desempenha um papel fundamental na motivação, e que o uso de psicofármacos pode influenciar tanto positivamente quanto negativamente esse aspecto. Portanto, uma abordagem individualizada, que leve em consideração as necessidades específicas de cada estudante, é essencial para promover a motivação e o engajamento.

Por fim, uma análise das implicações do uso de psicofármacos no abandono escolar revelou que fatores como os efeitos colaterais dos medicamentos, o estigma social associado ao seu uso e a falta de suporte adequado podem contribuir para a interrupção dos estudos. Foi enfatizada a importância da saúde mental na continuidade educacional, ressaltando que uma abordagem terapêutica deve ser integral e considerar não apenas o tratamento medicamentoso, mas também o suporte psicossocial e educacional necessário para prevenir o abandono escolar.

Para concluir, este estudo destacou a complexa interação entre o uso de psicofármacos, o comportamento, a motivação e o abandono escolar de estudantes em

privação de liberdade. Fica evidente que uma abordagem terapêutica deve ser holística, considerando tanto os aspectos biológicos quanto os psicossociais. A promoção da saúde mental e educacional desses estudantes requer uma colaboração multidisciplinar entre profissionais de saúde mental, educadores e administradores do sistema prisional, para garantir um ambiente de aprendizagem saudável e inclusivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AROCHO, RR, & ESTRADA, AL. **O papel do professor de educação correcional na promoção da educação pós-secundária entre os infratores.** *Jornal de Educação Correcional*, 68(1), 37-55. 2017.

BIRMAHER, B., BRENT, D., GRUPO DE TRABALHO AACAP SOBRE QUESTÕES DE QUALIDADE ET AL. **Parâmetro prático para avaliação e tratamento de crianças e adolescentes com transtornos depressivos.** *Jornal da Academia Americana de Psiquiatria Infantil e Adolescente*, 46(11), 1503-1526. 2007.

CRESTOHL, L., DEMARINIS, V., ESPOSITO-SMYTHERS, C., & SPIRITO, A. **Terapia de Grupo.** No Manual Wiley de Psicoterapia de Grupo (pp. 565-587). 2018

COTTON, C., DROGIN, EY, EVANS, NJ E HENDERSON, GM. **Educação em Instalações Correcionais.** *O Diário da Prisão*, 98(2), 135-157. 2018

1052

DAVIS, LM, BOZICK, R. E STEELE, JL. **Educação como prevenção do crime: proporcionando educação aos presidiários.** *Corporação Rand*. 2013.

DECI, EL E RYAN, RM. **Teoria da autodeterminação: uma macroteoria da motivação, desenvolvimento e saúde humana.** *Psicologia Canadense/Psychologie Canadienne*, 49(3), 182-185. 2008.

EDWARDS, LC, RUBY, AL, HALL, DM E CROOK, L. **Colaboração para a reforma da justiça criminal: Expandindo o papel da psicologia escolar nos ambientes de justiça juvenil.** *Psicologia Escolar Contemporânea*, 24(3), 282-294. 2020.

FAZEL, S. E SEENA, F. **Saúde mental dos presos: prevalência, resultados adversos e intervenções.** *The Lancet Psychiatry*, 380(9859), 843-855. 2012

FONG, T., KALECHSTEIN, A., BERNHARD, B. E ROSENTHAL, R. **Farmacoterapia para transtornos por uso de estimulantes e cannabis. No Livro Didático de Tratamento de Dependências: Perspectivas Internacionais (pp. 185-197).** Springer. 2014

JUTH, N., LYNÖE, N. E NILSSON, A. **Autonomia e tomada de decisão compartilhada em psiquiatria.** Medicina, Saúde e Filosofia, 24(1), 9-18. 2021.

LAMBERT, EG, BARTON, SM E HOGAN, NL. **A associação entre sintomas de saúde mental e abandono escolar entre jovens envolvidos na justiça.** Crime e Delinquência, 62(9), 1218-1241. 2016.

KENDLER, KS, OHLSSON, H., KARRIKER-JAFFE, KJ, SUNDQUIST, J., & SUNDQUIST, K. **Desempenho escolar, QI e risco de transtorno psiquiátrico e de suicídio e automutilação: um estudo de coorte de base populacional.** Medicina Psicológica, 50(6), 1060-1067. 2020.

KOEN, L., STEIN, DJ E HAWKRIDGE, S. **Farmacoterapia de transtornos de ansiedade em presidiários: um acompanhamento naturalista.** O Jornal de Psiquiatria Clínica, 74(5), e451-e455. 2013.

RIGG, KK. **Dilemas éticos no tratamento do TDAH em crianças em idade escolar.** O Jornal para Profissionais de Enfermagem, 14(10), 746-751. 2018.

ROH, D., CHANG, JS, KIM, TH, CHO, SJ, KIM, HY E CHUNG, YC. **Efeitos dos antipsicóticos na aprendizagem e na função da memória em pacientes com esquizofrenia na prática clínica de rotina.** Psicofarmacologia Clínica e Neurociência, 17(3), 408-416. 2019

SADOCK, BJ, SADOCK, VA E RUIZ, P. **Sinopse de psiquiatria de Kaplan & Sadock: Ciências do comportamento/psiquiatria clínica.** Lippincott Williams & Wilkins. 2015

SCHUBART, CD, CAMACHO, F. E LESLIE, D. **Uso de medicamentos psicotrópicos entre adultos com deficiência mental nas prisões de Kentucky.** Serviços Psiquiátricos, 57(2), 262-265. 2006

VITIELLO, B. **Compreendendo o risco do uso de medicamentos para o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade em relação ao crescimento físico e à função cardiovascular.** Clínicas Psiquiátricas Infantis e Adolescentes, 10(2), 417-431. 2001